



Operação Tempus Veritatis

Ministro da Defesa contestou urnas no Congresso após reunião com Bolsonaro

— *Ex-presidente pediu, em julho de 2022, que ataque ao sistema eleitoral fosse intensificado; Paulo Sérgio Nogueira foi à Câmara e ao Senado e propôs um plano de 'votação paralela'*

GABRIEL DE SOUSA
BRASILIA

Um dia após a reunião ministerial que integra a investigação sobre uma tentativa de golpe de Estado por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de ex-ministros e ex-auxiliares militares, o então titular da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, foi à Câmara dos Deputados, onde, diante de parlamentares, questionou a integridade das urnas eletrônicas. Uma semana depois, o general visitou o Senado para anunciar um plano de "votação paralela" em papel a fim de, segundo ele, aumentar a lisura das eleições de 2022.

Na reunião com Bolsonaro no Palácio do Planalto, realizada em 5 de julho de 2022, Nogueira disse que, para garantir a reeleição do então presidente, estava utilizando as Forças Armadas para contestar a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Nós temos reuniões pela frente, decisivas, para a gente ver o que pode ser feito, que ações poderão ser tomadas, para que a gente possa ter transparência, segurança, condições de auditoria e para que as eleições transcorram da forma como a gente sonha", declarou o general no encontro.

'INIMIGO'. Em outro momento da reunião, Nogueira se referiu ao TSE como "inimigo". "O que eu sinto nesse momento é apenas na linha de contato com o inimigo. Ou seja, na guerra a gente... Linha de contato, linha de partida. Eu vou romper aqui e iniciar minha operação. Eu vejo as Forças Armadas e o Ministério da Defesa nessa linha de contato. Nós temos que intensificar e ajudar nesse sentido para que a gente não fique sozinho no processo", afirmou o ex-ministro.

Nogueira foi um dos alvos de buscas na Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, deflagrada na última quinta-feira. Suspeito de participar do plano de um golpe, o general está proibido de deixar o País. Conforme a PF, ele integrava o "núcleo de oficiais de alta patente", cujo objetivo era mobilizar a caserna a favor do golpe. O ex-ministro não foi localizado pelo Estadão.

No dia seguinte à reunião ministerial, Nogueira participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Na sessão, o então ministro deveria apresentar as prioridades da pasta da Defesa para o ano de 2022 e falar sobre reforços nas fronteiras.

FISCALIZAÇÃO. O general, porém, aproveitou a audiência para defender a necessidade da participação das Forças Armadas na fiscalização e no "aperfeiçoamento" das urnas eletrônicas, alegando que os militares assumiram essa missão à convite do TSE. Aos congressistas, Nogueira afirmou que o Ministério da Defesa estava

Ex-primeira-dama Michelle cancelou visitas a igrejas evangélicas nos EUA para, segundo Dameres Alves, 'cuidar do marido'

apenas colaborando com a lisura do processo eleitoral.

Em um momento da sessão, ele disse aos deputados que não havia programa imune a ataques e usou um cartão de crédito clonado da sua mulher como exemplo. "Sabemos muito bem que esse sistema eletrônico necessita sempre de aperfeiçoamento. Não há programa imune a um ataque, imune a uma invasão. Não há. Estão aí os bancos que gastam milhões de reais com segurança. Eu tive meu cartão clonado há três semanas, e minha esposa, no ano passado. Então, isso é fato", declarou.

Nogueira também afirmou que as Forças Armadas planejavam uma fiscalização paralela para as eleições. O anúncio ocorreu após a Defesa enviar ao TSE 88 questionamentos sobre o sistema eleitoral. "Estamos com plano de ação para cada uma dessas oito fases, para que, na hora da fase propriamente dita, por exemplo, na lação do sistema, estejamos presentes para perguntar, verificar, questionar os procedimentos e propor alguma coisa", disse o ex-ministro.

Na audiência, após ouvir o general levantar suspeitas sobre a urna eletrônica, integrantes da oposição ao governo Bolsonaro reagiram. A ex-deputa-



Nogueira no Senado, em 2022; 'aperfeiçoamento' do sistema eleitoral

Para lembrar

Ordens do ex-presidente foram cumpridas

● Embaixadores

Na reunião com auxiliares no Planalto, em julho de 2022, Bolsonaro disse que faria um evento com embaixadores "para mostrar o que está acontecendo". O encontro com representantes de vários países ocorreu naquele mesmo mês – o então presidente atacou as urnas eletrônicas e o TSE – o que resultou na ineligibilidade de Bolsonaro

● Ação antes da eleição

O ex-presidente cobrou ainda de seus ministros uma reação antes da eleição daquele ano. "Se a gente reagir depois das eleições, vai ter um caos no Brasil", afirmou ele. Depois da reunião, Bolsonaro e seus auxiliares reforçaram o discurso contra o sistema eleitoral e, segundo a PF, passaram a articular uma tentativa de golpe de Estado

● Uso da Polícia Federal

Ex-ministro da Justiça, Anderson Torres disse a Bolsonaro que grupo montado na PF faria "os questionamentos necessários" sobre o sistema eleitoral. "A gente vai atuar de forma incisiva." Dias depois, em ofício ao TSE, Torres afirmou que a PF participaria de todo o processo de fiscalização para "resguardar o Estado Democrático de Direito"

● Ministério da Defesa

Paulo Sérgio Nogueira, então titular da Defesa, afirmou que a Comissão de Transparência das Eleições do TSE era "para inglês ver". "Nunca essa comissão sentou e discutiu uma proposta." O ministério do general elaborou uma série de questionamentos à Justiça Eleitoral que acabaram sendo usados por bolsonaristas no ataque às urnas

● GSI

General Augusto Heleno, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional, falou em "montar um esquema para acompanhar o que os dois lados estão fazendo". Não se sabe se a Agência Brasileira de Inteligência foi usada, de fato, para monitorar o então candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas outra operação da PF apura o funcionamento de uma "Abin paralela" durante o governo Bolsonaro

● Narrativa

Bolsonaro exigiu dos auxiliares, na reunião, que reproduzissem a narrativa de contestação do processo eleitoral. "Daqui para frente, quero que todo ministro fale o que eu vou falar aqui." A PF apontou, na Operação Tempus Veritatis, a atuação de um núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral. De acordo com a investigação, essa frente era responsável pela produção e disseminação de fake news sobre as eleições

da Perpétua Almeida (PCdoB-AC) disse que não caberia às Forças Armadas discutir a integridade das urnas. "Eu me recuso a debater este assunto com o ministro da Defesa, eu me recuso a debater este assunto com qualquer um dos comandantes, porque esta não é a tarefa dos senhores", afirmou.

COMANDANTES. Na audiência da Câmara, Nogueira estava acompanhado dos então comandantes das três Forças: Marco Antônio Freire Gomes (Exército), Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica) e Almir Garnier Santos (Marinha). Garnier também foi alvo da Operação Tempus Veritatis – ele foi citado na delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, e é apontado pela PF como outro integrante do núcleo de oficiais de alta patente.

Em 14 de julho de 2022, nove dias depois da reunião ministerial, Nogueira apresentou no Senado uma proposta de votação paralela nas eleições com cédulas de papel. A iniciativa reproduzia discursos de Bolsonaro em defesa do voto impresso. Segundo o então ministro, a ideia buscava servir como um "teste de integridade" das urnas eletrônicas, fiscalização que já era feita pela Justiça Eleitoral em outros moldes. Em 2023, o TSE retirou as Forças Armadas da lista de entidades que participam da fiscalização das urnas eletrônicas.

ASSÉDIO. Em outubro do ano passado, o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, afirmou que o TSE sofreu assédio por parte do ex-ministro da Defesa. Segundo o magistrado, Nogueira enviava, todos os dias, cartas ao ministro do Supremo Edson Fachin – Fachin foi presidente do TSE de fevereiro a agosto de 2022.

"O TSE sofreu um assédio, não da população ou dos torcedores para a eleição de Jair Bolsonaro, mas do ministro da Defesa, que, todo dia pela manhã, escrevia uma carta ao ministro Fachin e o ministro Fachin respondia à tarde", afirmou Gilmar durante seminário promovido pelo Estadão e pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. ●